

e no planeamento e conduta das operações de combate aos incêndios florestais em 2004, contribuindo decisivamente para o sucesso obtido.

As suas notáveis qualidades de senso, ponderação e afável trato foram importantíssimos no relacionamento entre o SNBPC e as diversas entidades e agentes de protecção civil e bombeiros, muito contribuindo para a potenciação dos escassos recursos humanos disponíveis.

Pelas suas qualidades pessoais e pelo seu excepcional desempenho nas diversas missões que lhe foram atribuídas, é o coronel de engenharia António Antunes credor do reconhecimento e consideração públicos, e merecedor que os serviços prestados sejam considerados como relevantes e de elevado mérito, deles resultando honra e lustre para as Forças Armadas Portuguesas.

30 de Novembro de 2004. — O Presidente, *Fernando Manuel Paiva Monteiro*, major-general.

Louvor n.º 8/2005. — Louvo a técnica profissional especialista principal de BAD, do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Protecção Civil, Isabel Maria Gomes Matias Martos Ribeiro, pelas relevantes aptidões profissionais, total dedicação e lealdade evidenciadas no exercício das funções de minha secretária.

Dotada de um conjunto de qualidades de carácter e profissionais, de que ressaltam a ponderação, a sensatez, a fácil sociabilidade e permanente disponibilidade, granjeou a estima e a consideração de todos, sendo indelevelmente uma mais-valia no relacionamento do meu gabinete com o exterior.

Assim, pela forma muito competente e dedicada como exerceu as suas funções é com prazer e pleno sentido de justiça que reconheço publicamente o desempenho de Isabel Maria Gomes Matias Martos Ribeiro, considerando que a sua acção foi um importante contributo para a eficácia e o cumprimento da missão do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

9 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Fernando Manuel Paiva Monteiro*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração Extrajudicial

Despacho n.º 241/2005 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão detém experiência e conhecimento adequados para o provimento de cargos de direcção, designadamente da Direcção de Serviços para a Resolução Alternativa de Litígios da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, conforme está definido no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em comissão de serviço, directora de serviços para a Resolução Alternativa de Litígios, cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão, possuidora de competência técnica e adequado perfil para o exercício das referidas funções e cuja nota relativa ao seu currículo académico e profissional se publica em anexo ao presente despacho.

15 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Filipe Lobo d'Ávila*.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão;
Data de nascimento — Junho de 1961, Lisboa.

Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Universidade Livre de Lisboa;
Master Business Administration, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa;
Pós-graduação em estudos avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

Experiência profissional:

Desempenho da actividade de advocacia de Maio de 1988 a Novembro de 1994, nomeadamente nas sociedades de advogados Carlos Olavo & Associados, Barros, Sobral, Xavier & G. Gomes e Gide Loyrette et Noël;

Início de funções equiparada a técnico superior na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em Dezembro de 1994, nomeação definitiva como técnica superior de 2.ª classe do quadro daquele organismo em Julho de 1998; Nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa em Janeiro de 1999, promovida a técnica superior principal em Outubro de 2001, onde exerceu funções até Abril de 2002; Transferida em Maio de 2002 para o quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, exercendo funções no Gabinete Jurídico até Junho de 2004; Desde Junho de 2004, foi nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão do Gabinete de Estudos do quadro de dirigentes da Direcção-Geral de Administração Extrajudicial do Ministério da Justiça, até à presente data.

Formação profissional:

Estágio profissional pela Ordem dos Advogados, de Novembro de 1986 a Maio de 1988;
Frequência do Seminário de Alta Direcção em Administração Pública;
Frequência e participação em vários cursos de formação profissional e seminários.

Despacho (extracto) n.º 242/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Administração Extrajudicial de 15 de Dezembro de 2004;

Considerando que a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão detém experiência e conhecimento adequados para o provimento de cargos de direcção, designadamente da Direcção de Serviços para a Resolução Alternativa de Litígios da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, conforme está definido no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em comissão de serviço, directora de serviços para a Resolução Alternativa de Litígios — cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial — a licenciada Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão, possuidora de competência técnica e de adequado perfil para o exercício das referidas funções e cuja nota relativa ao seu currículo académico e profissional se publica em anexo ao presente despacho.

17 de Dezembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *Manuel de Herédia*.

Curriculum vitae

Dados pessoais

Nome — Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão.
Data de nascimento — Junho de 1961, em Lisboa.

Formação académica

Licenciatura em Direito pela Universidade Livre de Lisboa.
Master business administration pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa.
Pós-graduação em Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

Experiência profissional

Desempenho da actividade de advocacia de Maio de 1988 a Novembro de 1994, nomeadamente nas sociedades de advogados Carlos Olavo & Associados, Barros, Sobral, Xavier & G. Gomes e Gide Loyrette et Noël.

Início de funções equiparadas a técnico superior na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em Dezembro de 1994, nomeação definitiva como técnica superior de 2.ª classe do quadro daquele organismo em Julho de 1998.

Nomeada técnica superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral de Infra-Estruturas, do Ministério da Defesa em Janeiro de 1999, promovida a técnica superior principal em Outubro de 2001, onde exerceu funções até Abril de 2002.

Transferida em Maio de 2002 para o quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, exercendo funções no Gabinete Jurídico até Junho de 2004.

Em Junho de 2004 e até à presente data, nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão do Gabinete de Estudos, do quadro de dirigentes da Direcção-Geral de Administração Extrajudicial, do Ministério da Justiça.